

Janeiro de 2025

Política de Denúncia de Funcionários da INEOS

1. Introdução

- 1.1 Na INEOS, a comunicação aberta e honesta é a expectativa, não a exceção. Queremos que as pessoas se sintam à vontade para levantar preocupações caso tomem conhecimento de qualquer comportamento inseguro, ilegal ou antiético. Todas as preocupações são levadas a sério e tratadas confidencialmente. A INEOS não tolera qualquer tipo de retaliação.
- 1.2 O objetivo desta política (a "**Política**") é:
- (a) Incentivar os funcionários e trabalhadores da INEOS a relatar suspeitas de irregularidades o mais rápido possível, sabendo que suas preocupações serão levadas a sério e investigadas conforme apropriado, e que sua confidencialidade será respeitada.
 - (b) Fornecer aos funcionários e trabalhadores da INEOS orientações sobre como levantar essas preocupações.
 - (c) Assegurar aos funcionários e trabalhadores da INEOS que eles são capazes de levantar preocupações genuínas sem medo de represálias, mesmo que estejam errados.
- 1.3 Esta Política não faz parte de nenhum contrato de trabalho ou outro contrato de prestação de serviços, e podemos alterá-la a qualquer momento.

2. A quem esta Política se aplica

- 2.1 Esta Política se aplica a todos os funcionários e trabalhadores da INEOS, consultores, diretores, empreiteiros autônomos, trabalhadores eventuais, voluntários, estagiários remunerados ou não remunerados e trabalhadores de agências quando o trabalhador é fornecido por uma terceira pessoa à INEOS.
- 2.2 Observe que outros indivíduos que adquirem informações em um contexto relacionado ao trabalho: incluindo contratados, subcontratados, indivíduos autônomos, acionistas, membros dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão das empresas da INEOS (incluindo membros não executivos), qualquer pessoa que trabalhe sob a supervisão e direção de contratados, subcontratados e fornecedores, e qualquer pessoa em qualquer uma das categorias acima cuja relação baseada no trabalho com a INEOS ainda está para começar ou já terminou, também pode relatar preocupações por meio do sistema INEOS Speak Up e se beneficiar da proteção contra retaliação nos termos desta Política, mas não são cobertos por esta Política.

3. Quem é responsável por esta política

- 3.1 O conselho de administração do negócio relevante da INEOS tem a responsabilidade geral pela operação efetiva desta Política dentro desse negócio, e pela revisão da eficácia das ações tomadas em resposta às preocupações levantadas em relação a esse negócio no âmbito desta Política. O Diretor de Recursos Humanos ("RH") do negócio relevante da INEOS tem a responsabilidade operacional diária por esta Política e você deve encaminhar quaisquer perguntas sobre esta Política para ele em primeira instância.
- 3.2 A equipe de RH do Grupo INEOS e a equipe de Conformidade do Grupo INEOS garantem que seja fornecido treinamento regular e adequado aos gerentes e outros funcionários que possam lidar com preocupações ou investigações no âmbito desta Política.
- 3.3 Esta Política é emitida, mantida e revisada pelo menos anualmente pelo RH do Grupo INEOS e pela Conformidade do Grupo INEOS.

4. Como relatar uma preocupação

- 4.1 A INEOS está comprometida com os mais altos padrões de abertura e responsabilidade. A INEOS reconhece a necessidade de mecanismos claros e independentes por meio dos quais os funcionários e trabalhadores possam expressar suas preocupações de maneira responsável e eficaz, sem medo de represálias.
- 4.2 Se um indivíduo quiser levantar uma preocupação com relação a uma violação relatável (conforme descrito no parágrafo 5 abaixo), ele poderá fazê-lo por meio de qualquer um dos seguintes canais de comunicação:
 - (a) relatando a preocupação ao seu gerente de linha ou ao departamento de RH (conforme notificado a eles de tempos em tempos) ou a outro membro apropriado da gerência sênior; ou
 - (b) comunicando a preocupação por meio do sistema Speak Up da INEOS, telefonando para a linha direta do Speak Up ou on-line por meio do portal da Web do Speak Up
- 4.3 Esperamos que, na maioria dos casos, os indivíduos consigam levantar tais preocupações internamente com seu gerente de linha, departamento de RH ou outro membro apropriado da gerência sênior, e somos incentivados a fazer isso. No entanto, quando o assunto for mais sério, o indivíduo sentir que seu gerente de linha, departamento de RH ou outro membro da gerência não abordou sua preocupação ou que ela não pode ser abordada de forma eficaz internamente, ou preferir não levantar a preocupação diretamente com a gerência por qualquer motivo (inclusive risco de retaliação), um relatório pode ser enviado por meio do sistema Speak Up.
- 4.4 Esta Política deve ser usada apenas para relatar Violações Reportáveis. Ela não deve ser usada para relatar questões operacionais pessoais ou cotidianas que dizem respeito exclusivamente

às relações de trabalho/emprego de um indivíduo que podem ser tratadas em outros procedimentos da INEOS, como os procedimentos de reclamação de sua empresa e as políticas regionais. Quando um indivíduo não se sentir à vontade para usar esses canais por medo de retaliação, acreditar que sua preocupação não foi tratada adequadamente ou tiver preocupações mais amplas com relação a uma das áreas estabelecidas no parágrafo 5 abaixo, ele poderá relatar sua preocupação por meio do Speak Up.

- 4.5 No caso de eventos que representem uma ameaça imediata à vida ou à propriedade, deve-se fazer contato imediato com as autoridades locais de emergência.
- 4.6 Os indivíduos devem comunicar preocupações relacionadas a uma violação das Regras de Salvamento da INEOS ou dos 20 Princípios de Segurança da INEOS à gerência, de acordo com o procedimento relevante do local da INEOS em primeira instância. Se uma questão relacionada à Segurança, Saúde e Meio Ambiente ("**SHE**") já tiver sido relatada à gerência, um indivíduo pode relatar essa questão por meio do Speak Up se acreditar que a questão não foi resolvida de forma satisfatória ou se a gravidade de um incidente ou circunstância (potencial ou realmente) perigosa não tiver sido registrada corretamente.

5. O que pode ser relatado?

- 5.1 Os indivíduos cobertos por esta Política podem relatar informações sobre uma "Violação Relatável" que tenham obtido em um contexto relacionado ao trabalho e que acreditem genuinamente que demonstrem que uma Violação Relatável ocorreu ou provavelmente ocorrerá.
- 5.2 Uma "**violação reportável**" é qualquer evento, incidente, situação, ato ou omissão:
 - (a) que viole a política ou o procedimento da INEOS ou que seja uma conduta imprópria, comportamento inseguro, ilegal ou antiético, má prática grave ou outros atos ilícitos
 - (b) que poderiam potencialmente dar origem a responsabilidade criminal ou regulatória para a INEOS ou seus funcionários, diretores ou executivos
 - (c) que se acredita violar qualquer lei ou regulamento aplicável relacionado às seguintes áreas:
 - (i) perigos para SHE (que não tenham sido abordados por meio dos canais de relatório de SHE, conforme descrito no parágrafo 4.6 acima);
 - (ii) má prática financeira, impropriedade ou fraude (inclusive lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo);
 - (iii) suborno ou corrupção
 - (iv) compras públicas;
 - (v) serviços, produtos e mercados financeiros;
 - (vi) segurança e conformidade do produto;

- (vii) segurança no transporte;
 - (viii) proteção contra radiação e segurança nuclear;
 - (ix) segurança de alimentos e rações;
 - (x) saúde e bem-estar animal;
 - (xi) saúde pública;
 - (xii) proteção ao consumidor;
 - (xiii) proteção da privacidade e dos dados pessoais;
 - (xiv) segurança da rede e dos sistemas de informação;
 - (xv) violações que afetem os interesses financeiros da UE; e
 - (xvi) violações relacionadas ao mercado interno da UE, incluindo violações de: regras de concorrência e auxílio estatal; e regras sobre impostos corporativos, incluindo quaisquer acordos fiscais; ou
- (d) a ocultação deliberada de qualquer um dos assuntos acima.

6. O que é o Speak Up?

- 6.1 O Speak Up é um serviço gratuito fornecido por uma empresa independente, a NAVEX. As denúncias podem ser feitas 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio de um número de telefone gratuito ou pelo site do Speak Up. As pessoas que relatam uma preocupação podem fazê-lo de forma anônima. As informações fornecidas por meio do sistema Speak Up são mantidas em sigilo na medida do possível, de acordo com a lei e as boas práticas comerciais.
- 6.2 O Speak Up pode ser acessado no seguinte link [EthicsPoint - INEOS](#).

7. Como fazer um relatório

- 7.1 Ao relatar uma preocupação, os indivíduos devem descrever a Violação Relatável em detalhes, fornecendo o máximo de informações possível para permitir que a INEOS conduza uma investigação.
- 7.2 As denúncias podem ser feitas verbalmente ou por escrito por meio de qualquer um dos canais de denúncia da INEOS e, mediante solicitação, a INEOS organizará reuniões físicas para permitir que os denunciante apresentem suas preocupações (essa reunião deve ser organizada assim que possível, com a data inicial proposta para a reunião não mais tarde do que 14 dias após o recebimento da solicitação da reunião). Os denunciante podem levar um colega ou representante do sindicato a qualquer reunião prevista nesta Política. Qualquer acompanhante deve respeitar a confidencialidade da revelação do denunciante e de qualquer investigação subsequente.

- 7.3 Quando um indivíduo fizer uma denúncia oral ou pessoalmente, a conversa será gravada com o consentimento prévio do indivíduo ou será redigida uma transcrição completa e precisa da conversa. Caso tenha feito uma denúncia pessoalmente, o denunciante terá a oportunidade de verificar, corrigir e garantir a precisão da transcrição escrita da conversa.

8. Divulgações externas

- 8.1 O objetivo desta Política é fornecer um mecanismo interno para relatar, investigar e remediar qualquer irregularidade no local de trabalho. Esta Política fornece aos indivíduos a oportunidade e a proteção necessárias para levantar preocupações internamente e a INEOS acredita que os processos estabelecidos nesta Política são os mais eficazes para lidar com quaisquer relatórios de uma Violação Reportável de uma maneira que atenda aos melhores interesses tanto da INEOS quanto de qualquer indivíduo que faça um relatório.
- 8.2 Na maioria dos casos, os indivíduos não devem achar necessário alertar ninguém externamente. Muito raramente, ou nunca, será apropriado alertar a mídia. Recomendamos enfaticamente que as pessoas busquem aconselhamento antes de relatar uma preocupação a qualquer parte externa.
- 8.3 A lei reconhece que, em algumas circunstâncias, pode ser apropriado que os indivíduos relatem suas preocupações a um órgão externo, como um regulador. Além disso, os funcionários e trabalhadores da INEOS podem ter o direito, nos termos das leis nacionais aplicáveis, de levantar certas preocupações junto às autoridades competentes externas. Informações adicionais para os trabalhadores da INEOS nos países da UE estão contidas no Anexo 1 desta Política.

9. Proteção contra retaliação

- 9.1 Entendemos que as pessoas às vezes ficam preocupadas com possíveis repercussões se comunicarem uma preocupação. A INEOS não tolerará retaliação contra qualquer pessoa que divulgue informações por meio dos canais de comunicação fornecidos nesta Política, quando tiver preocupações genuínas e motivos razoáveis para acreditar que as informações são verdadeiras no momento da comunicação, mesmo que mais tarde se verifique que não há base para concluir que uma violação relatável ocorreu ou é provável que ocorra.
- 9.2 As proteções contra retaliação também se aplicam a:
- (a) pessoas que relatam que são contratados, subcontratados, indivíduos autônomos, acionistas, membros dos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão das empresas INEOS (incluindo membros não executivos), qualquer pessoa que trabalhe sob a supervisão e direção de contratados, subcontratados e fornecedores, e qualquer pessoa em qualquer uma das categorias acima cuja relação de trabalho com a INEOS ainda está para começar ou já terminou

- (b) facilitadores (ou seja, alguém que ajuda um denunciante a fazer uma denúncia em um contexto relacionado ao trabalho);
- (c) terceiros que estejam ligados a um denunciante e que possam sofrer retaliação em um contexto relacionado ao trabalho, como colegas ou parentes do denunciante; e
- (d) entidades jurídicas que o declarante possui, para as quais trabalha ou com as quais está de outra forma conectado em um contexto relacionado ao trabalho.

9.3 A INEOS tomará as medidas apropriadas para proteger os indivíduos contra retaliação, incluindo a tomada de medidas necessárias, que podem incluir, mas não se limitam a, ação disciplinar ou demissão de acordo com as leis trabalhistas aplicáveis, contra qualquer pessoa que esteja buscando ou ameaçando qualquer forma de retaliação.

9.4 Se um indivíduo acreditar que sofreu retaliação, deve informar imediatamente o departamento de Recursos Humanos ou outro membro apropriado da gerência sênior. Se o indivíduo não se sentir à vontade para relatar a questão à gerência, ou não acreditar que a questão tenha sido adequadamente resolvida, ele deve relatar a retaliação usando o sistema Speak Up.

10. Confidencialidade e anonimato

10.1 Todas as denúncias feitas de acordo com esta Política serão tratadas de maneira sensível e estritamente confidencial na medida do possível, de acordo com a lei e as boas práticas comerciais. Todas as informações fornecidas ou coletadas pelos investigadores em relação a uma denúncia serão tratadas de forma confidencial e somente serão divulgadas às pessoas que precisarem estar envolvidas para investigar adequadamente o problema ou se a divulgação for exigida por lei ou regulamento.

10.2 A INEOS tomará todas as medidas necessárias para garantir que a identidade de um indivíduo que faz uma denúncia, ou a quem uma Violação Reportável é atribuída ou associada, seja mantida estritamente confidencial e protegida enquanto as investigações desencadeadas pela denúncia estiverem em andamento e garantirá que o indivíduo seja tratado de forma justa, incluindo a presunção de inocência e o direito de ser ouvido. Em todos os casos, a identidade do denunciante não será comunicada a nenhuma pessoa que seja objeto de uma denúncia, ou a quem uma Violação Denunciável seja atribuída ou associada, sem o consentimento expresso do denunciante, a menos que a divulgação seja exigida por lei ou regulamento ou para garantir a segurança ou o bem-estar do indivíduo.

10.3 Embora a INEOS o incentive a se manifestar livremente e compartilhar sua identidade, os indivíduos podem optar por relatar preocupações anonimamente por meio do sistema Speak Up. Os indivíduos devem estar cientes, no entanto, de que a denúncia anônima pode dificultar muito a realização de uma investigação completa e adequada, pode inibir a capacidade da INEOS de fornecer proteção eficaz contra retaliação e pode significar que o indivíduo não é capaz de se qualificar para proteções de denunciantes em certas jurisdições (por exemplo, se não houver

registro do relatório vinculado ao indivíduo específico). Portanto, os indivíduos são incentivados a se identificarem em suas denúncias. Um investigador só divulgará a identidade do indivíduo que relatou uma preocupação se for absolutamente necessário para os fins da investigação (ou exigido por lei), e somente para aqueles que precisam saber.

- 10.4 A INEOS utiliza a aplicação de gestão de casos EthicsPoint para apoiar a administração do Speak Up. O EthicsPoint é gerenciado e administrado por um terceiro autônomo, a Navex Corporation ("**Navex**"), está hospedado nos servidores seguros da Navex e não faz parte da intranet ou do site da INEOS.

11. Alegações falsas ou incorretas

- 11.1 Nenhuma ação será tomada contra um indivíduo que divulgue informações sobre uma violação relatável, desde que ele tenha motivos razoáveis para acreditar que as informações no relatório sejam verdadeiras no momento da denúncia e mesmo que a alegação não seja confirmada pela investigação subsequente. Entretanto, os indivíduos devem tomar cuidado para garantir que as informações fornecidas sejam precisas.
- 11.2 Poderão ser tomadas medidas disciplinares (de acordo com e em conformidade com as leis trabalhistas ou acordos de negociação coletiva aplicáveis) contra qualquer indivíduo que conscientemente relate informações falsas ou que, de outra forma, faça um relatório malicioso ou vexatório.
- 11.3 Relata que:
- (a) que parecem não ter fundamento ou que contêm informações insuficientes para uma investigação e que são enviadas anonimamente ou enviadas por um indivíduo identificado que não responde às solicitações de informações adicionais em tempo hábil
 - (b) sejam de natureza maliciosa ou vexatória; ou
 - (c) constituem retaliação contra as categorias de indivíduos que se beneficiam da proteção contra retaliação de acordo com esta Política,

podem não ser aceitos para investigação pela INEOS, caso em que o denunciante será notificado (quando possível) do motivo pelo qual o relatório não será investigado.

12. Reconhecimento e investigação de preocupações

- 12.1 Uma vez que você tenha levantado uma preocupação, a INEOS realizará uma avaliação inicial para determinar o escopo de qualquer investigação e, quando relevante, o investigador apropriado. Os indivíduos receberão uma confirmação por escrito de sua denúncia no prazo de sete dias após o recebimento e a comunicação será mantida com eles durante toda a investigação que for conduzida.

- 12.2 As investigações para estabelecer os fatos relevantes serão conduzidas com sensibilidade e em tempo hábil e de acordo com as leis aplicáveis.
- 12.3 As investigações serão conduzidas por investigadores apropriados ou equipes de investigadores que podem incluir o pessoal da INEOS com experiência relevante ou conhecimento especializado do assunto em questão. Isso pode incluir terceiros externos, quando necessário e apropriado, de acordo com as leis locais. Em alguns casos, pode ser necessário encaminhar a questão a uma autoridade externa para investigação adicional, como a Polícia ou outros órgãos reguladores ou de aplicação da lei.
- 12.4 Como a natureza das reclamações pode variar significativamente, não é possível definir prazos precisos para as investigações. Os investigadores garantirão que as investigações sejam realizadas tão rapidamente quanto razoavelmente possível, sem afetar a qualidade da investigação. Sujeito à confidencialidade e às obrigações legais, a INEOS terá como objetivo manter os denunciantes informados (seja por meio do sistema Speak Up ou de outra forma) sobre o andamento da investigação e, quando apropriado, os prazos prováveis.
- 12.5 Ao final da investigação, o investigador analisará todas as evidências e fará constatações de fato, com base no equilíbrio de probabilidades, sobre a ocorrência ou a probabilidade de ocorrência de uma violação relatável.
- 12.6 Se concluirmos que um indivíduo fez alegações falsas de forma maliciosa, ele estará sujeito a uma ação disciplinar.
- 12.7 A equipe do Speak Up da INEOS está autorizada pela INEOS a receber, reconhecer, verificar, fazer a triagem e investigar todas as denúncias feitas por meio do Speak Up, e tomar as ações de acompanhamento que os membros da equipe do Speak Up considerarem adequadas, incluindo comunicação adicional com o denunciante, buscando informações adicionais sobre a denúncia, quando necessário, e fornecendo feedback sobre o resultado de qualquer investigação e a denúncia (quando apropriado). A investigação da denúncia pode ser atribuída a um indivíduo devidamente treinado dentro do negócio relevante da INEOS com experiência na área de assunto relevante. No entanto, se qualquer funcionário residir ou seu principal local de trabalho estiver localizado em um País Denunciante (como esse termo é definido no Anexo 1 desta Política), ele poderá optar por ter a denúncia que fizer por meio do sistema Speak Up investigada por um Investigador no País (como esse termo é definido no Anexo 1 desta Política).

13. Feedback

- 13.1 Os indivíduos receberão feedback sobre seu relatório por escrito, o que pode incluir informações sobre as ações previstas ou tomadas como acompanhamento do relatório e os motivos para tal acompanhamento. Como alternativa, se o problema tiver sido relatado por meio do sistema Speak Up, o feedback será registrado nesse sistema para que a pessoa que relatou o problema possa acessá-lo.

13.2 Certas informações podem não ser divulgadas ao indivíduo por motivos de confidencialidade. Essas informações podem incluir, mas não se limitam a, detalhes da ação tomada em relação a terceiros como resultado do relatório e/ou investigação.

13.3 O feedback será fornecido dentro de um prazo razoável, que não excederá três meses a partir da data de confirmação do recebimento de um relatório. No entanto, se a investigação for prolongada (por exemplo, porque o assunto é particularmente complexo), o investigador manterá o indivíduo informado por escrito, inclusive no sistema Speak Up, se for o caso, sobre o andamento da investigação e quando é provável que ela seja concluída.

14. Privacidade de dados

14.1 Quando um indivíduo faz um relatório interno, a INEOS processará quaisquer dados pessoais coletados em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Esses dados pessoais podem incluir o nome do relator, endereço de e-mail, o incidente relatado, nomes de testemunhas e outros indivíduos envolvidos no incidente e quaisquer outros dados pessoais contidos no relatório. Os dados coletados a partir do momento em que um indivíduo faz a denúncia são mantidos em segurança e acessados por, e divulgados a, apenas indivíduos autorizados e somente para fins de tratamento da denúncia e conforme descrito em detalhes nesta Política. Os registros escritos feitos em relação a qualquer relatório feito sob esta Política serão armazenados por não mais do que o necessário e de uma forma que seja proporcional para cumprir as obrigações de privacidade de dados da INEOS e as obrigações de manutenção de registros sob as leis aplicáveis

14.2 O Aviso de Privacidade do Funcionário da INEOS aplica-se a todos os dados pessoais fornecidos por um funcionário da INEOS à INEOS. O Aviso de Privacidade do Speak Up da INEOS aplica-se a todos os dados pessoais fornecidos por um repórter através do sistema Speak Up. Cópias do Aviso de Privacidade do Funcionário da INEOS e do Aviso de Privacidade do Speak Up da INEOS estão disponíveis na intranet da INEOS ou mediante solicitação ao seu Diretor de RH.

15. Acompanhamento local

15.1 A INEOS acredita que seus procedimentos de investigação mencionados acima são apropriados para lidar com qualquer relatório que possa ser feito de acordo com esta Política.

15.2 No entanto, se um indivíduo não quiser que seu relatório seja tratado pela INEOS dessa maneira, e acreditar razoavelmente que as informações que deseja relatar sobre uma Violação Reportável são verdadeiras, ele pode solicitar que seu relatório feito sob os canais de relatório da INEOS seja tratado pela entidade local com a qual ele tem um relacionamento baseado no trabalho. Tais solicitações devem ser avaliadas pela INEOS e acionadas, quando aplicável, de acordo com os requisitos da legislação local. Para obter mais informações, consulte o Anexo 1 desta Política.

ANEXO 1

INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA TRABALHADORES DA UE

1. Relatórios locais/no país

A INEOS disponibilizou canais de denúncia no país por meio do sistema Speak Up nos seguintes países, em conformidade com suas obrigações nos termos da legislação da UE: Bélgica, França, Itália, Polônia, Espanha, Suécia, Alemanha e Dinamarca (cada um deles um **"País Informante"**)

Qualquer funcionário que seja residente ou cujo principal local de trabalho esteja localizado em um País Informante pode optar por ter a denúncia feita por meio do sistema INEOS Speak Up (seja enviada usando o formulário on-line ou por telefone) investigada no País Informante relevante, selecionando o campo *"Não (enviar para a entidade local de denúncia)"* quando solicitado

Quando a denúncia no país for selecionada, ela será investigada por um indivíduo devidamente treinado que esteja localizado no país relevante (cada um deles é um **"investigador no país"**). O Investigador no País será responsável por investigar e lidar com a denúncia, tomar as medidas de acompanhamento que considerar adequadas (incluindo comunicação adicional com o denunciante), buscar informações adicionais sobre a denúncia, quando necessário, e fornecer feedback sobre o resultado de qualquer investigação e da denúncia às pessoas envolvidas (quando apropriado).

2. Outros requisitos específicos do país

As informações definidas abaixo em relação a cada País Informante deverão ser aplicadas a qualquer indivíduo residente ou cujo principal local de trabalho esteja localizado nesse País Informante relevante. No caso de qualquer conflito ou inconsistência entre o corpo principal desta Política e este Anexo 1 com relação a qualquer País Informante, os termos deste Anexo 1 prevalecerão.

Polônia

Para os fins desta Política, uma "Violação Reportável" (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política) de acordo com a legislação polonesa incluirá apenas

- (a) os eventos, incidentes, situações, atos ou omissões definidos na Cláusula 5.2(c)(ii) - (xv) da Apólice
- (b) violações que afetem os interesses financeiros do Tesouro Estadual da República da Polônia ou de qualquer unidade do governo local; e
- (c) uma violação de quaisquer liberdades e direitos constitucionais ser humano e do cidadão que ocorra nas relações do indivíduo com as autoridades públicas e não esteja relacionada aos campos mencionados acima.

Somente uma violação passível de denúncia que se enquadre nas áreas definidas nos parágrafos (a) a (c) acima será considerada uma denúncia para os fins desta Política. Qualquer reclamação levantada que não se enquadre no escopo dos parágrafos (a) a (c) acima (incluindo, para evitar dúvidas, uma

violação real ou potencial da legislação trabalhista polonesa) não será coberta por esta Política e deve ser levantada de acordo com um procedimento alternativo da INEOS.

Os indivíduos podem relatar externamente qualquer assunto que seja objeto desta Política à autoridade investigadora polonesa relevante, incluindo o Ombudsman polonês

Itália

Os indivíduos podem denunciar externamente qualquer assunto que esteja sujeito a esta Política à Autoridade Nacional Anticorrupção Italiana (Autorità Nazionale Anticorruzione ("**ANAC**")) em circunstâncias em que:

- (a) O sistema de relatórios da INEOS (Speak Up) não está ativo, não está disponível ou não está em conformidade com os requisitos previstos na legislação italiana aplicável
- (b) o indivíduo tenha apresentado um relatório à INEOS nos termos desta Política, mas a INEOS não tenha dado seguimento a esse relatório. Considerar-se-á que a INEOS deu seguimento suficiente a um relatório uma vez que (1) verificou a admissibilidade do relatório; (2) na medida em que o relatório é admissível, realizou uma investigação preliminar; e (3) na medida em que o relatório é admissível, comunicou os resultados da investigação ao indivíduo, dentro dos prazos previstos pelo Decreto Italiano de Denúncias
- (c) o indivíduo apresentou uma denúncia à INEOS nos termos desta Política e tem motivos razoáveis para acreditar que: (i) a denúncia não será efetivamente (conforme definido no parágrafo (b) acima) pela INEOS; ou (ii) a denúncia pode resultar em retaliação contra o indivíduo denunciante e/ou qualquer facilitador e/ou qualquer outro indivíduo que esteja protegido contra retaliação de acordo com a legislação italiana aplicável;
- (d) a violação relatável que é objeto do relatório pode causar um risco iminente ou óbvio para o interesse público.

Mais informações sobre a ANAC estão disponíveis em www.anticorruzione.it.

Alemanha

Para os fins desta Política, uma "Violação Reportável" (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política), de acordo com a legislação alemã, abrangerá apenas qualquer evento, incidente, situação, ato ou omissão que seja expressamente reportável de acordo com a Lei Alemã de Proteção ao Denunciante (ou Hinweisgeberschutzgesetz).

Os indivíduos podem fazer denúncias de acordo com esta Política em inglês ou alemão.

Se um indivíduo intencionalmente (ou por negligência grave) fizer uma denúncia referente a uma violação da lei nos termos desta Política que contenha informações incorretas, ele não terá direito ao

anonimato da denúncia e as informações fornecidas não receberão tratamento confidencial nos termos desta Política.

Os indivíduos podem denunciar externamente qualquer assunto que seja objeto desta Política a qualquer uma das seguintes autoridades competentes alemãs terceirizadas:

- (a) o Escritório Federal de Justiça (Bundesamt für Justiz);
- (b) a Autoridade Federal de Supervisão Financeira (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht)
- (c) o Escritório Federal de Cartel (Bundeskartellamt); e
- (d) qualquer outro canal de relatório externo estabelecido pelos estados federais alemães

Detalhes sobre como fazer uma denúncia externa às autoridades competentes podem ser encontrados em seus respectivos sites.

Dinamarca

Para os fins desta Política e das denúncias feitas por meio do sistema Speak Up, uma "Violação Denunciável" (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política), de acordo com a legislação dinamarquesa, abrangerá apenas qualquer evento, incidente, situação, ato ou omissão que constitua:

- (a) uma violação da legislação da União Europeia ("UE")
- (b) uma violação grave da legislação nacional dinamarquesa
- (c) um assunto de natureza grave; ou
- (d) um assunto que não seja de natureza grave, mas que tenha ocorrido repetidamente

Se um assunto for relatado por meio do sistema Speak Up e não constituir uma violação relatável de acordo com a lei dinamarquesa, o relatório poderá ser rejeitado e o relator será encaminhado para relatar por meio dos canais normais de relatório interno.

Os indivíduos também podem relatar qualquer assunto que seja objeto desta Política à Agência Dinamarquesa de Proteção de Dados, uma autoridade pública que opera um sistema externo de denúncia de irregularidades. Você pode ler mais sobre o sistema de denúncias da Agência Dinamarquesa de Proteção de Dados e como usá-lo no seguinte link: <https://www.datatilsynet.dk>

Bélgica

Para os fins desta Política, uma "Violação Reportável" (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política) de acordo com a legislação belga também incluirá (i) fraude social; e (ii) fraude fiscal.

Quando os indivíduos sentirem que não podem relatar preocupações internamente de acordo com esta Política, eles podem considerar enviar suas preocupações a uma autoridade externa competente na Bélgica, incluindo as autoridades responsáveis por receber relatórios, relatar feedback e fornecer acompanhamento de relatórios externos, conforme estabelecido pelo Artigo 1 do Decreto Real de 22 de

janeiro de 2023, sendo: (i) o Serviço Público Federal de Economia, PMEs, Trabalhadores Autônomos e Energia; (ii) o Serviço Público Federal de Finanças; (iii) o Serviço Público Federal de Saúde Pública, Segurança da Cadeia Alimentar e Meio Ambiente; (iv) o Serviço Público Federal de Mobilidade e Transporte; (v) o Serviço Público Federal de Emprego, Trabalho e Diálogo Social; (vi) o Serviço Público de Programação para Integração Social, Redução da Pobreza, Economia Social e Política Metropolitana; (vii) a Agência Federal de Controle Nuclear; (viii) a Agência Federal de Medicamentos e Produtos de Saúde; (ix) a Agência Federal de Segurança da Cadeia Alimentar; (x) a Autoridade de Concorrência Belga; (xi) a Autoridade de Proteção de Dados; (xii) a Autoridade de Serviços e Mercados Financeiros; (xiii) o Banco Nacional da Bélgica; (xiv) o Colégio de Supervisão de Auditores; (xv) as autoridades relatadas no artigo 85 da Lei de 18 de setembro de 2017 sobre a prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e sobre a restrição do uso de dinheiro em espécie; (xvi) o Comitê Nacional para a Segurança do Fornecimento e Distribuição de Água Potável; (xvii) o Instituto Belga de Serviços Postais e Telecomunicações; (xviii) o National Institute for Health and Disability Insurance; (xix) o National Institute for Social Security for the Self-Employed; (xx) o National Employment Service; (xxi) o National Office of Social Security; (xxii) o Social Intelligence and Investigation Service; (xxiii) o Autonomous Anti-Fraud Coordination Service; ou (xxiv) a Shipping Inspectorate. Mais detalhes sobre como fazer uma denúncia externa às autoridades competentes podem ser encontrados nos respectivos sites das diferentes autoridades.

O Federal Ombudsman é responsável pela coordenação de relatórios externos no setor privado. Para obter mais informações sobre o Federal Ombudsman, você pode visitar o seguinte site: www.federaalombudsman.be. As denúncias externas podem ser feitas por meio do site: (i) relatando por meio do formulário de notificação disponível no site; (ii) enviando um e-mail para integriteit@federaalombudsman.be; ou (iii) marcando uma reunião por meio do endereço de e-mail em (ii) ou ligando para 0800 999 61.

França

As violações relatáveis (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política) podem ser relatadas por meio do sistema Speak Up da INEOS, telefonando para a linha direta Speak Up ou on-line por meio do portal da Web Speak Up.

Observe que fatos, informações e documentos que são, por sua natureza, confidenciais por estarem relacionados a assuntos de defesa nacional, informações médicas ou histórico médico, ou assuntos que estejam sujeitos a deliberações judiciais ou que constituam comunicações entre um advogado e seu cliente, não podem ser divulgados nos termos desta Política e os indivíduos que relatarem ou divulgarem tais fatos, informações ou documentos não estarão protegidos pelas regulamentações francesas relativas à proteção de denunciantes.

Quando os indivíduos sentirem que não podem relatar preocupações internamente de acordo com esta Política, eles podem considerar enviar suas preocupações a uma autoridade externa competente na França, incluindo as autoridades responsáveis por receber relatórios, relatar feedback e fornecer acompanhamento de relatórios externos, incluindo: (i) o Défenseur des Droits; (ii) a DGCCRF; (iii) a HAS;

(iv) a CNIL; (v) a DGT; (vi) a DGT; (vii) a DGEFP; (viii) a autoridade judicial; ou (ix) uma instituição, órgão ou agência europeia competente para coletar informações sobre violações da legislação europeia.

A lista exaustiva dessas autoridades francesas competentes externas pode ser acessada em <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000046357368> . Mais detalhes sobre como fazer um relatório externo com as autoridades competentes podem ser encontrados nos respectivos sites das diferentes autoridades.

Espanha

Os requisitos locais aplicáveis na Espanha baseiam-se na Lei de Denúncias Espanhola 2/2023 ("**LPID**").

Para os fins desta Política, uma "Violação Reportável" (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política) de acordo com a legislação espanhola incluirá apenas:

- (a) os eventos, incidentes, situações, atos ou omissões definidos na Cláusula 5.2(c) (iii) a 5.2(c)(xvi) e 5.2(d) desta Política
- (b) atos ou omissões que possam constituir um delito criminal ou uma infração administrativa grave ou muito grave (tais delitos incluem, mas não se limitam a, infrações criminais ou administrativas graves ou muito graves que envolvam perdas financeiras para a Hacienda Pública (Fazenda Pública) e para a Seguridad Social (Previdência Social));
- (c) infrações da legislação trabalhista sobre saúde e segurança no trabalho relatadas pelos trabalhadores, sem prejuízo das disposições de seus regulamentos específicos.

Os indivíduos na Espanha que desejarem fazer uma denúncia externa sobre qualquer assunto que seja objeto desta Política podem fazê-lo à Autoridad Independiente de Protección del Informante.

Além das medidas para garantir a confidencialidade e o anonimato dos denunciantes, conforme estabelecido no parágrafo 10 desta Política, quando a INEOS considerar que deve revelar a identidade de um denunciante de acordo com a LPID (inclusive para os tribunais, os promotores públicos ou as agências de aplicação da lei relevantes responsáveis, no contexto de uma investigação criminal, disciplinar ou regulatória), a INEOS tentará dar ao denunciante aviso prévio de tal(is) divulgação(ões), desde que tal aviso não seja exigido se for determinado pela INEOS (a seu exclusivo critério) que tal aviso poderia dificultar a investigação em andamento, procedimentos judiciais ou outros procedimentos.

Não obstante o acima exposto, os indivíduos devem estar cientes de que várias pessoas podem ter acesso às informações pessoais enviadas por você em relação a qualquer assunto relatado sob esta Política, de acordo com a LPID. Esses indivíduos autorizados incluirão:

- (a) os membros relevantes da equipe Speak Up que estão tratando e gerenciando o relatório e qualquer investigação associada, se aplicável;
- (b) o Chefe de RH do Grupo INEOS (ou o órgão nomeado para substituí-lo), mas somente em circunstâncias em que possa ser necessário tomar medidas disciplinares contra um funcionário;

- (c) o Conselho Geral do Grupo INEOS e o Secretário da Empresa do Grupo, mas somente em circunstâncias em que possa ser necessário adotar medidas legais ou regulatórias em relação aos fatos relatados;
- (d) Navex, seus representantes e funcionários, como o processador de dados para o sistema Speak Up,
- (e) qualquer responsável pela proteção de dados nomeado pela INEOS de tempos em tempos; e
- (f) quaisquer outras pessoas cuja intervenção seja essencial para a adoção de medidas corretivas ou para dar andamento a procedimentos disciplinares ou criminais.

Suécia

Para os fins desta Política, uma "Violação Reportável" (conforme definido no parágrafo 5.2 desta Política) de acordo com a legislação sueca deve incluir:

- (a) irregularidades de tal gravidade que sua resolução pode ser considerada de interesse público
- (b) atos ou omissões em violação de uma lei sindical aplicável que se enquadre no escopo da Diretiva de Denúncias da UE
- (c) atos ou omissões que violem a lei ou os regulamentos, conforme estabelecido na seção 8 do Instrumento de Governo Sueco, que aplica ou complementa um ato sindical que se enquadra no escopo da Diretiva de Denúncias da UE; e
- (d) atos ou omissões que contrariem diretamente o objetivo e a finalidade de um ato sindical que se enquadre no escopo da Diretiva de Denúncias da UE.

As pessoas na Suécia que desejarem fazer uma denúncia externa podem fazê-lo às autoridades suecas em sua respectiva área de supervisão, conforme listado no Anexo 2 desta Política.

ANEXO 2

AUTORIDADES SUECAS PARA RELATÓRIOS EXTERNOS

Autoridade	Área de responsabilidade de acordo com a norma 2021:949	Link para o site
Autoridade do ambiente de trabalho (Sw. Arbetsmiljöverket)	<p>Violações nas áreas de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações que não são cobertas pela área de responsabilidade de nenhuma outra autoridade.</p> <p>Autoridade de supervisão especial</p>	https://www.av.se/
Conselho Nacional de Habitação, Construção e Planejamento da Suécia (Sw. Boverket)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.boverket.se/
Eletricidade segura e livre de interferências (Sw. Elsäkerhetsverket)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.elsakerhetsverket.se/
Autoridade Sueca de Crimes Econômicos (Sw. Ekobrottsmyndigheten)	Violações na área de interesses financeiros da UE, conforme estabelecido no artigo 2.1 b da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (UE) 2019/1937, no que diz respeito à prevenção de fraudes.	http://www.ekobrottsmyndigheten.se/
A Inspeção Sueca de Agentes Imobiliários (Sw. Fastighetsmäklarinspektionen)	Violações na área de serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.fmi.se/
Autoridade Sueca de Supervisão Financeira (Sw. Finansinspektionen)	<p>Violações na área de serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção ao consumidor que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.finansinspektionen.se/
Agência de Saúde Pública da Suécia (Sw. Folkhälsomyndigheten)	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de saúde pública que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.folkhalsomyndigheten.se/
Agência Sueca para a Gestão Marinha e da Água (Sw. Havs- och vattenmyndigheten)	Infrações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.havochvatten.se/
Autoridade Sueca para Proteção da Privacidade (Sw. Integritetsskyddsmyndigheten)	Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.imy.se/
Inspetoria de Produtos Estratégicos (Sw. Inspektionen för strategiska produkter)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.isp.se/

Inspetoria de Saúde e Assistência Social (Sw. <i>Inspektionen för vård och omsorg</i>)	<p>Violações na área de saúde pública e que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.ivo.se/
Agência Sueca de Produtos Químicos (Sw. <i>Kemikalieinspektionen</i>)	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.kemi.se/
A Agência Sueca do Consumidor (Sw. <i>Konsumentverket</i>)	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de saúde pública e que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção ao consumidor que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.konsumentverket.se/
A Agência Sueca de Concorrência (Sw. <i>Konkurrensverket</i>)	<p>Violações na área de compras públicas que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área do mercado interno, conforme estabelecido no artigo 2.1 c da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (UE) 2019/1937, no que diz respeito à área da concorrência.</p>	http://www.konkurrensverket.se/
A Agência Sueca de Alimentos (Sw. <i>Livsmedelsverket</i>)	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Infrações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção contra radiação e segurança nuclear que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de segurança de alimentos e rações e de segurança e bem-estar dos animais que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.livsmedelsverket.se/
Agência Sueca de Produtos Médicos (Sw. <i>Läkemedelsverket</i>)	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de saúde pública e que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	http://www.lakemedelsverket.se/

<p>Conselho Administrativo do Condado de Blekinge (Sw. <i>Länsstyrelsen Blekinge</i>), Conselho Administrativo do Condado de Dalarna (Sw. <i>Länsstyrelsen i Dalarnas län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Gotland (Sw. <i>Länsstyrelsen Gotlands län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Gävleborg (Sw. <i>Länsstyrelsen Gävleborg</i>), Conselho Administrativo do Condado de Halland (Sw. <i>Länsstyrelsen i Hallands län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Jämtland (Sw. <i>Länsstyrelsen i Jämtlands län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Jönköping (Sw. <i>Länsstyrelsen i Jönköpings län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Kalmar (Sw. <i>Länsstyrelsen Kalmar län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Kronoberg (Sw. <i>Länsstyrelsen i Kronobergs län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Norrbotten (Sw. <i>Länsstyrelsen i Norrbottens län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Skåne (Sw. <i>Länsstyrelsen Skåne</i>), Conselho Administrativo do Condado de Estocolmo (Sw. <i>Länsstyrelsen Stockholm</i>), Conselho Administrativo do Condado de Södermanland (Sw. <i>Länsstyrelsen i Södermanlands län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Uppsala (Sw. <i>Länsstyrelsen i Uppsala län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Värmland (Sw. <i>Länsstyrelsen Värmland</i>), Conselho Administrativo do Condado de Västerbotten (Sw. <i>Länsstyrelsen Västerbotten</i>), County Administrative Board of Västernorrland County (Sw. <i>Länsstyrelsen i Västernorrlands län</i>), County Administrative Board of Västmanland County (Sw. <i>Länsstyrelsen Västmanlands län</i>), County Administrative Board of Västra Götaland County (Sw. <i>Länsstyrelsen i Västra Götaland</i>), Conselho Administrativo do Condado de Örebro (Sw. <i>Länsstyrelsen i Örebro län</i>), Conselho Administrativo do Condado de Östergötland (Sw. <i>Länsstyrelsen Östergötland</i>),</p>	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Infrações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	<p>www.lansstyrelsen.se/</p> <p>www.lansstyrelsen.se/blekinge</p> <p>www.lansstyrelsen.se/dalarna</p> <p>www.lansstyrelsen.se/gotland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/gavleborg</p> <p>www.lansstyrelsen.se/halland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/jamtland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/jonkoping</p> <p>www.lansstyrelsen.se/kalmar</p> <p>www.lansstyrelsen.se/kronoberg</p> <p>www.lansstyrelsen.se/norrboten</p> <p>www.lansstyrelsen.se/skane</p> <p>www.lansstyrelsen.se/stockholm</p> <p>www.lansstyrelsen.se/sodermanland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/upsala</p> <p>www.lansstyrelsen.se/varmland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/vasterbotten</p> <p>www.lansstyrelsen.se/vasternorrland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/vastmanland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/vastragotland</p> <p>www.lansstyrelsen.se/orebro</p> <p>www.lansstyrelsen.se/ostergotland</p>
<p>Além disso, os Conselhos Administrativos do Condado de Södermanland, Västra Götaland e Skåne têm as seguintes áreas de responsabilidade.</p>	<p>Violações na área de serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p>	<p>Veja acima</p>

Agência Sueca de Contingências Civis (Sw. Myndigheten för samhällsskydd och beredskap)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade	https://www.msb.se/
Agência Sueca de Proteção Ambiental (Sw. Naturvårdsverket)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade. Infrações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.naturvardsverket.se/
Autoridade Sueca de Correios e Telecomunicações (Sw. Post- och telestyrelsen)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade. Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.pts.se/
Escritório do Governo (Sw. Regeringskansliet)	Violações na área de interesses financeiros da UE, conforme estabelecido no artigo 2.1 b da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (UE) 2019/1937, no que diz respeito à área de auxílio estatal. Violações na área do mercado interno, conforme estabelecido no artigo 2.1 c da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (UE) 2019/1937, no que diz respeito à área de auxílio estatal.	https://www.regeringen.se/
Inspetoria Sueca de Auditores (Sw. Revisorsinspektionen)	Violações na área de serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.revisorsinspektionen.se/
A Agência Sueca de Impostos (Sw. Skatteverket)	Violações na área de interesses financeiros da UE, conforme estabelecido no artigo 2.1 b da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (UE) 2019/1937, no que diz respeito à área de tributação. Violações na área do mercado interno, conforme estabelecido no artigo 2.1 c da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho (UE) 2019/1937, no que diz respeito à área de tributação corporativa.	http://www.skatteverket.se/
A Agência Florestal Sueca (Sw. Skogsstyrelsen)	Infrações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.skogsstyrelsen.se/
A Autoridade Sueca de Jogos de Azar (Sw. Spelinspektionen)	Violações na área de serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.spelinspektionen.se/
Agência Sueca de Energia (Sw. Statens energimyndighet)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade. Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.energimyndigheten.se/
O Conselho Sueco de Agricultura (Sw. Statens jordbruksverk)	Infrações na área de proteção ambiental que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade. Violações na área de segurança de alimentos e rações e de segurança e bem-estar dos animais que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.jordbruksverket.se/

	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	
Conselho Sueco de Acreditação e Avaliação de Conformidade (Sw. <i>Styrelsen för ackreditering och teknisk kontroll</i>)	Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.swedac.se/
Autoridade Sueca de Segurança contra Radiação (Sw. <i>Strålsäkerhetsmyndigheten</i>)	Violações na área de proteção contra radiação e segurança nuclear que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.	http://www.stralsakerhetsmyndigheten.se/
Agência Sueca de Transportes (Sw. <i>Transportstyrelsen</i>)	<p>Violações na área de segurança e conformidade de produtos que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de segurança de transporte que são cobertas pelas responsabilidades de supervisão da autoridade.</p> <p>Violações na área de proteção da privacidade e dos dados pessoais, bem como da segurança da rede e dos sistemas de informação que são cobertos pelas responsabilidades de supervisão da autoridade</p>	http://www.transportstyrelsen.se/